

Recordando Waterloo

Abatalha de Waterloo é reconhecida até à data como um dos momentos mais marcantes da história Europeia e global.

A batalha de Waterloo, ferozmente combatida a 18 de Junho de 1215, numa cordilheira rural e de pouca importância a 20 km a sul de Bruxelas, entre uma força aliada liderada pela Grã-Bretanha e um restaurado exército francês Napoleónico, é reconhecida até à data como um dos momentos mais marcantes da história Europeia e global e tornou-se, por isso, talvez a campanha militar sobre a qual mais se terá escrito. Tal como as celebrações do bicentenário do conflito gigante e final que opôs Wellington e Napoleão nos recordam, Waterloo produziu inúmeros relatos de testemunhas, tributos literários e livros infinitos, deu o seu nome a ruas, praças, pontes, monumentos e à maior estação de comboios do mundo, e inspirou mesmo a cultura popular, na forma da canção dos ABBA de 1974 que venceu o festival da Eurovisão (e que contém, na verdade, uma referência histórica inadequada). A própria palavra ‘Waterloo’ ganhou um sentido metafórico, evocando, na frase de Peter Snow, ‘aquele momento na vida em que cada um de nós enfrenta um desafio derradeiro’.

Definida no contexto de uma descrição e análise mais abrangentes da revolucionária era Napoleónica que estabeleceu a transição do século XVIII para o século XIX, Waterloo pode ser estudada para discutir quer a nova face da guerra e das estratégias de combate (numa abordagem puramente militar histórica), ou, decorrente do resultado final



POR
José Miguel Sardica

Director da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

do Congresso de Viena, para compreender 1815 como um ponto de viragem decisivo – o fim de uma era e também o começo de uma Europa governada pela Grã-Bretanha, que embora tocada por lutas nacionalistas e apetites imperialistas emergentes no final do século XIX, acabaria por durar pelos cem anos seguintes, colapsando apenas durante a Primeira Guerra Mundial.

O objectivo desta apresentação é o de reunir estes três ângulos e realçar o quanto a vitória aliada e a data foram ainda outra página épica no longo processo de desenvolvimento e de fortalecimento do que é comumente conhecido como *Britishness*, isto é, o modo cultural, político, geográfico e económico com o qual a Grã-Bretanha e os Britânicos vêem e lidam com a Europa e com o resto do mundo. Não obtance algum triunfalismo histórico – e sem dúvida que Waterloo estimulou o orgulho nacional que conduziu a era Victoriana – *Britishness* não é tanto uma reivindicação de ‘superioridade’, mas antes de ‘excepcionalismo’ em relação ao continente, cuja origem remonta à *Magna Carta*, à Revolução Gloriosa e à *Bill of Rights*, e que deu à Grã-Bretanha um lugar espe-

cial entre todos os oponentes da Revolução Francesa e do domínio Napoleónico.

Para compreender a ressonância de Waterloo na memória britânica, embora substituída, como foi, pelo mais recente registo histórico da resistência anti-Nazi durante a Segunda Guerra Mundial, a batalha ‘Wagneriana’ de 1815 deve constituir o ponto culminante da ‘Segunda Guerra dos Cem Anos’ e como a porta de entrada para uma era de paz internacional, na qual *Britishness* inspirou o mundo e a civilização para que fossem, como sustenta Jeremy Black, ‘mais liberais do ponto de vista político e económico do que de outro modo teriam sido’, distanciando aqueles tempos do mais sombrio, violento e radical século XX.

A partir de 1689 em diante, e até 1815, durante toda a Guerra de Sucessão espanhola, a Guerra dos Sete Anos, a Revolução Americana, a disputa sobre os Países Baixos e o Egipto (nos anos 1790), sobre o domínio marítimo (em Trafalgar) ou os portos continentais e os mercados, na Península, no Mar Mediterrâneo ou no Mar do Norte (contra Napoleão), Londres e Paris travaram um conflito quase contínuo, tão decisivo para o futuro de ambos como a (primeira) medieval Guerra dos Cem Anos, com cada lado a mobilizar os seus aliados ou clientes para o combate.

O século XVIII desdobrou-se, assim, num contraste – esboçado, entre outros, em ilustres estudos da autoria de Alfred Leslie Rowse ou de Sir Winston Churchill – entre o sistema de governo parlamentar liderado pelos *Whig* britânicos, abrigados na sua orgulhosa insularidade, com a sua liberdade de comércio, expressão ou pessoal, e as tendências continentais dirigidas pelos franceses em direcção ao absolutismo, à centralização e à sujeição crescente dos indivíduos em relação ao estado.

Tal como a história nos conta, o conflito que opunha Inglaterra à França marcou o divórcio entre duas culturas políticas aparentemente irreconciliáveis – uma antiga constitucional e baseada na liberdade e outra moderna e totalitária, tal como interpretada e maximizada nas três vagas sucessivas de Versailles Bourbon, do Jacobinismo revolucionário e do imperialismo Napoleónico. Combater o primeiro deu a John Churchill, Duque de Marlborough, o seu estatuto lendário; enfrentar o segundo consumiu a vida política e a

saúde pessoal de William Pitt (o Novo); enquanto que o último forjou Arthur Wellesley, o Duque de Wellington, e a sua ilustre aura de o ‘salvador’ da Europa no nascimento da contemporaneidade.

Em 1815, quando o anteriormente derrotado e exilado Bonaparte escapou de Elba e desembarcou em França para tentar reconquistar a força e o poder, cerca de cinco a sete milhões de europeus, militares e civis, tinham morrido no mais sangrento quatro de século de sempre. De Lisboa a Moscovo, do Báltico à Sicília, nenhum país tinha conseguido evitar tumultos e destruição; nenhum regime político ou grupo social tinha escapado ao remoinho ideológico e militar francês.

O regresso do ‘bicho-papão’, apelidado de ‘grande perturbador da paz do mundo’ pelos poderes reunidos em Viena, era simplesmente inadmissível, uma vez que a destituição de Luís XVIII tinha reposto em França um poder renegado e nada tímido de um ‘estado trapaceiro’. Os ‘cem dias’ de Napoleão tiveram na verdade o efeito mobilizador de tensões reconfortantes que tinham até então arrastado as negociações diplomáticas e territoriais no Congresso reunido na Áustria. A lembrança recente de um continente nas mãos de uma única potencia militarista, antevisão de uma ‘União Europeia’ dirigida por uma única voz (centrada em França) – uma imagem disputando com o mito Napoleónico de uns Estados Unidos da Europa libertários e progressistas, estabelecido para a história no *Mémorial de Sainte-Hélène de Bonaparte* –, empurrou a Grã-Bretanha e o seu melhor comandante para uma última batalha, destinada, nas palavras duras dos diplomatas de Viena, a ‘esmagar o ogre de uma vez por todas’.

Do ponto de vista militar, Napoleão teria que alcançar uma rápida e maciça vitória se quisesse que algum dos seus objetivos políticos fosse definido pelo acordo de Viena, enquanto que Wellington teria apenas que evitar a derrota. Num esforço colectivo multinacional europeu, sendo o seu exército uma mistura de soldados britânicos, dinamarqueses, belgas, de Hannover e de Brunswick, e tendo os aliados recebido uma ajuda importante do exército prussiano de Blücher nos últimos momentos da batalha, Wellington ganhou uma vitória decisiva, ainda que defensiva, na forma estratégica das que havia previamente ganho na Ibéria (nomeadamente Vimeiro, Buçaco e Fuentes d’Oñoro),

uma vitória que reforçou a Europa no seu caminho pós-Napoleónico pela busca de paz, reafirmando ao mesmo tempo a atitude (disposição?) Britishness que o Duque encarnou pessoalmente. Com a sua postura calma, firmeza, robustez, temperança e profundo compromisso de dever, serviço e honra, o herdeiro de Marlborough, Horatio Nelson e John Moore, contrastavam nitidamente com a ousadia crua, a impetuosidade arrojada, o esbanjamento de homens e a liderança eletrizante enfatizando o estilo de Napoleão.

O resultado de Waterloo foi um continente mais plural e equilibrado, onde um directório de poderes partilharam o poder sobre a terra e a talassocracia britânica governava no exterior. Ao domar os desejos de vingança da Prússia e ao assegurar à França o seu lugar devido no concerto Europeu, o Lorde Castlereagh, Ministro dos Negócios Estrangeiros Britânico, ‘ganhou a paz’ tanto quanto ‘Wellington tinha ganho a guerra’ – nas palavras de Huw Davies. Em vez de ser julgado ou simplesmente executado em público (tal como desejavam Blücher e Gneisenau), Napoleão, depois de se render a um navio britânico em Rochefort no início de Julho de 1815, foi enviado para exílio perpétuo na minúscula ilha de Saint-Helena, no Atlântico Sul, onde morreu em Maio de 1821. O Tratado de Paris, assinado em Novembro de 1815, reduziu França às suas fronteiras



Os vencedores de Napoleão e de Hitler, anunciando uma tradição da liberdade com séculos de existência e agindo ‘na vanguarda contra a tirania’, estavam simplesmente a ‘tornar o mundo novamente seguro para gentlemen’

anteriores de 1789 e estabeleceu um total de 700 milhões de francos a ser pagos em compensações financeiras; mas Luís XVIII recuperou o trono em Paris e o país não foi desmembrado ou colectivamente humilhado. Assim, o acordo de paz de 1815, apesar de todas as acusações de ser demasiado conservador, ainda permanece como um caso de estudo exemplar do que fazer para reconstruir um continente, num equilíbrio verdadeiro e muito mais estável do que qualquer status quo precário, e num contraste gritante com o que aconteceu em 1919.

A Grã-Bretanha lutou em 1815, como em anos anteriores e tal como o fez posteriormente em 1914 ou 1940, emergindo para a ocasião quando todo o continente parecia à beira de cair sob um único inimigo. É tentador ver na França Napoleónica uma prefiguração do tipo ameaçador de governo de único homem que a Alemanha Nazi iria ser mais tarde, tanto mais que a Grã-Bretanha era a resistente terra não-conquistada e a Rússia o inimigo para Bonaparte e para Hitler, tal como é tentador considerar Castlereagh como o Woodrow Wilson do seu tempo e lembrar Wellington como o Winston Churchill das guerras revolucionárias. Tanto o Duque do século XIX como o Primeiro Ministro do século XX enfrentaram, cada um no seu próprio tempo, e enquanto defendiam os interesses nacionais, os maiores desafios que foram colocados à Grã-Bretanha desde a invasão normanda no século XII, ou a armada espanhola no final do século XVI. Mas eles foram também os porta-bandeira da civilização em geral. E recorrendo ao famoso dictum de Linda Colley, em ambos os casos os vencedores de Napoleão e de Hitler, anunciando uma tradição da liberdade com séculos de existência e agindo ‘na vanguarda contra a tirania’, estavam simplesmente a ‘tornar o mundo novamente seguro para gentlemen’. A ‘gentlemanship’, o popular provérbio ‘vive e deixa viver’, ou a fórmula académica elaborada ‘liberdade de’ de Sir Isaiah Berlin, todos os conceitos estão englobados na própria essência da Britishness. A reafirmação dessa característica central da história da Grã-Bretanha e do seu carácter colectivo, e a forma como a mesma brilhou sobre o mundo dominado pelo Ocidente do século XIX, foi tudo o que de bom emergiu da batalha por outro lado sangrenta e perversa de Waterloo, há duzentos anos. ■